



WWF

RELATÓRIO

2018

O barril de pólvora do noroeste

Proposta ibérica para a prevenção de incêndios
WWF Espanha e ANP/WWF Portugal 

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Texto: Lourdes Hernández | |
| Comentário: Enrique Segovia, Rui Barreira y Luis Suárez, María Melero e Diego Ramírez | |
| Edição: Amaya Asiaín y Guillermo Prudencio | |
| Layout: Eugenio Sánchez Sivela | |
| Foto de Capa: Incêndio em Viseu 2016. © Nuno Andre Ferreira/EFE/Lafototeca.com | |
| Publicado em julho de 2018 pela WWF/Adena (Madrid, Espanha). A ANP/WWF e a WWF/Adena agradecem a reprodução e divulgação dos conteúdos desta publicação (à exceção das fotografias, que são propriedade dos autores) em todos os tipos de meios, sempre e quando se cite expressamente a fonte (titular e proprietário do copyright). | |
| © Texto: 2018, WWF/Adena. Todos os direitos reservados. | |
| A WWF é uma das maiores e mais eficazes organizações internacionais independentes dedicadas à conservação da natureza. A WWF opera em mais de 100 países, com o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas por todo o mundo. | |
| A Associação Natureza Portugal (ANP), é uma organização sem fins lucrativos portuguesa trabalhando em alinhamento com a visão e estratégia global da WWF. A missão da ANP, em associação com a WWF, é a conservação da biodiversidade nacional e ecossistemas florestais, a proteção da biodiversidade marinha e a promoção da sustentabilidade das pescas, a conservação dos ecossistemas de água doce e seus recursos hídricos. A ANP intervém ainda sobre o tema das alterações climáticas e na promoção do consumo sustentável. | |
| CONTEXTO | 1 |
| NOROESTE IBÉRICO: TERRITÓRIO DE ALTO RISCO | 2 |
| GRANDES INCÊNDIOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | 8 |
| O QUE ACONTECEU EM 2017? | 9 |
| POLÍTICAS CONTRA AS CHAMAS | 12 |
| MITOS SOBRE O FOGO | 15 |
| APELOS DA WWF | 18 |

WWF.ES/INCENDIOS2018

CONTEXTO

**OS INCÊNDIOS
DEIXARAM DE SER
UM PROBLEMA
FLORESTAL PARA
SE TORNAREM UMA
EMERGÊNCIA SOCIAL.**

Os incêndios florestais tornaram-se um desafio ambiental e económico cada vez mais importante por todo o mundo. O ano de 2017 entrará para a história como um ano negro de incêndios florestais ao nível global, confirmando a perigosa tendência de grandes incêndios alimentados pelas alterações climáticas.

Portugal, Califórnia, Chile, Espanha, Canadá e Austrália sofreram incêndios catastróficos que causaram 200 mortes, centenas de feridos, milhares de pessoas evacuadas e danos materiais e ambientais não quantificáveis. Os incêndios deixaram de ser um problema apenas florestal ou rural para se tornarem também uma verdadeira emergência social.

No sul da Europa, os efeitos cumulativos do aquecimento global, o despovoamento rural e abandono dos usos da terra, a falta de gestão florestal, o modelo de planeamento urbano caótico e uma cultura de fogo errada e profundamente enraizada criaram as condições perfeitas para os grandes incêndios. Em Espanha, em 2017, o número de grandes incêndios aumentou quase 200% em relação à média dos últimos dez anos. Em Portugal, arderam cerca de 500.000 hectares, ou seja 400% mais área do que havia ardido na última década, segundo dados do ICNF.

O Noroeste Ibérico (Centro e Norte de Portugal, Galiza e Astúrias) foi particularmente afetado: em meados de junho, um grande incêndio causou 64 mortos em Portugal e mais 43 vítimas mortais em outubro. Na Galiza, uma onda de incêndios causou 4 mortos, e nas Astúrias e León milhares de hectares foram queimados em múltiplos incêndios simultâneos que fugiram ao controlo e ao combate e ameaçaram numerosas populações.

Esta situação não é nova em Portugal e Espanha. Recorrentemente, o centro e norte de Portugal, Galiza, Astúrias, Zamora, Cantábria e Leão ardem. Isto repetiu-se em 1991, 1995, 1998, 2000, 2003, 2005, 2006, 2012 ou 2015. A novidade das terríveis ondas de fogo de 2017 no Noroeste foi que estes ocorreram no final de junho e em meados de outubro, fora da época que era considerada normalmente como de alto risco. Estes incêndios têm um comportamento explosivo e extremo e propagam-se a grandes velocidades. O mundo está a enfrentar uma nova geração de incêndios, em parte ligados às alterações climáticas e que causam verdadeiras tempestades de fogo.

A WWF analisa neste relatório o que está a acontecer no Noroeste Ibérico para que este território arda de forma cada vez mais perigosas, quais as suas causas e possíveis soluções. A resposta para este novo cenário não é fazer mais investimento em dispositivos de extinção. Esta receita tornou-se obsoleta e deixou de funcionar. A WWF analisa a situação em Espanha e em Portugal e faz uma proposta ibérica para ambos os governos: o problema dos grandes incêndios deve ser tratado de forma coordenada, com uma proposta de revitalização do território - independente da administração competente em cada caso - que inclua políticas de desenvolvimento das áreas rurais que fixem a população e criem emprego e com o objetivo de criar florestas e paisagens mais resistentes às alterações climáticas e ao fogo.

Se não forem tomadas medidas urgentes, as alterações climáticas e as consequências do abandono rural condenam-nos a um futuro cada vez mais negro: ocorrência de grandes incêndios em simultâneo, impossíveis de combater e que geram autênticas crises nacionais.

No site da WWF Espanha (www.wwf.es/incendios) e no site da ANP|ANP/WWF Portugal (http://www.natureza-portugal.org/o_nosso_planeta/alteracoes_climaticas/incendios) pode encontrar mais informações sobre o nosso trabalho na proteção das florestas contra os incêndios.

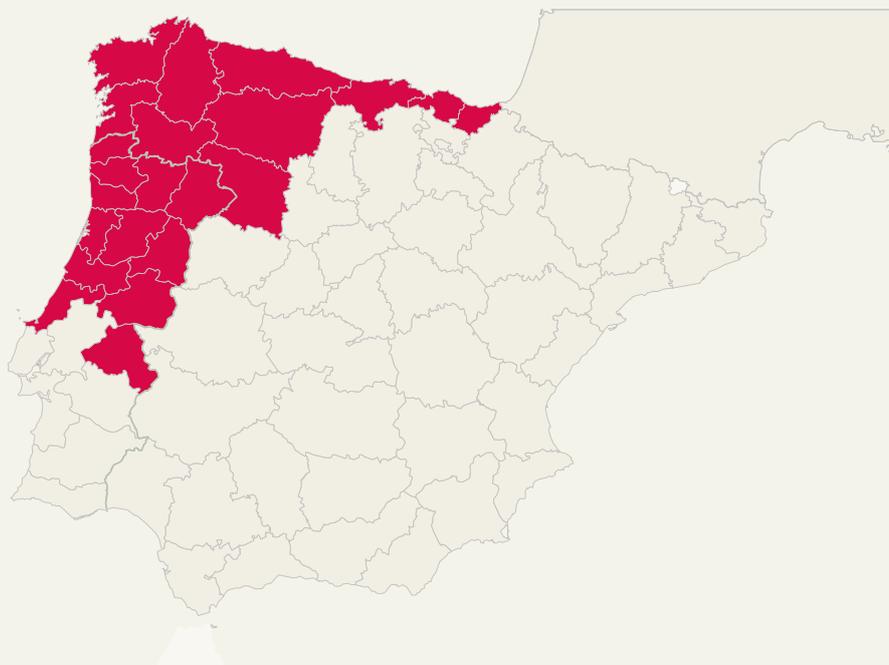
NOROESTE IBÉRICO: TERRITÓRIO DE ALTO RISCO

QUEM INCENDEIA E PORQUE SE PROPAGA

O fogo é um velho conhecido no norte e centro de Portugal, na Galiza, nas Astúrias, Cantábria e a norte de Castela e Leão. Os povoamentos florestais e os matos ardem ano após ano, geralmente com início em pequenos incêndios que encontram condições especialmente favoráveis às chamas.

Em Espanha, quase 65% dos incêndios ocorrem no noroeste peninsular e só na Galiza, que representa 50% do total dos incêndios, ocorrem 6.000 ignições por ano. Em Portugal, em 2017, dos 16.981 pedidos de auxílio registados até 31 de outubro, 94% ocorreram a norte do Tejo.

Províncias que cobrem
o noroeste ibérico em
Espanha e Portugal



Além disso, há anos em que as condições meteorológicas são perfeitas para acontecerem incêndios incontroláveis colocando em risco as populações locais. Estas situações tenderão a agravar-se, tornando-se mais frequentes e perigosas com os efeitos das alterações climáticas.

Mas, porque arde o Noroeste Ibérico (Norte e Centro de Portugal, Galiza e Astúrias) ano após ano? Porque é que, no caso de uma região húmida, as chamas não dão tréguas? Por que ocorre, de tempos a tempos, a tempestade de fogo perfeita? Porque têm os incêndios rurais um impacto cada vez maior na população?

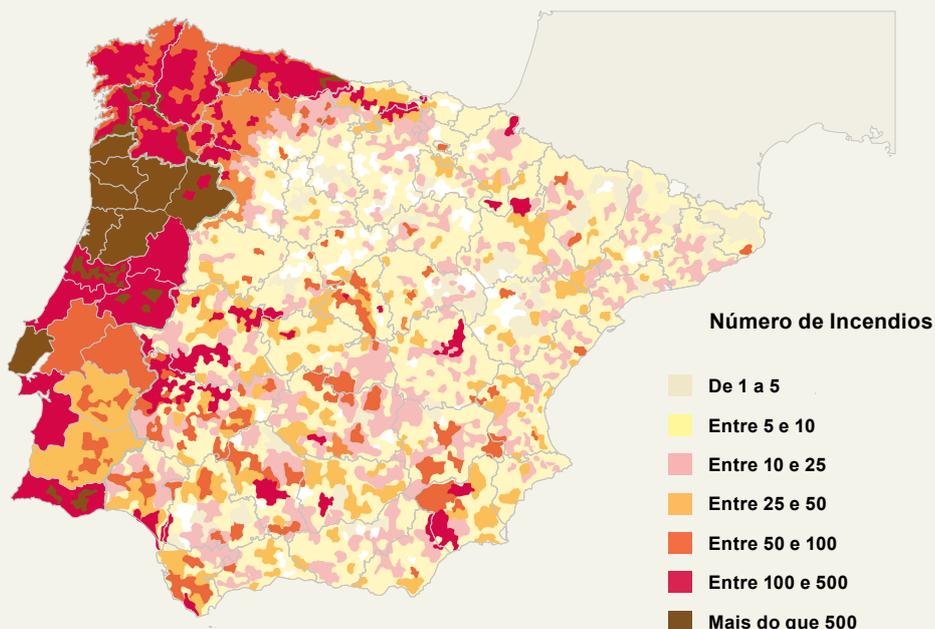
De facto, as causas que assolam o Noroeste Ibérico são partilhadas pelo resto da Península, mas neste território todas atingem ao seu expoente máximo, transformando-o num território de alto risco.

1 Relatório provisório de incêndios florestais 2017. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A verdade é que, para que haja um incêndio, têm que dar-se três elementos: alguém inicia um fogo (lembre-se que, em média, apenas 4% dos acidentes ocorridos em Espanha são produzidos por causas naturais, e apenas 2% em Portugal), o território tem de ser inflamável e as condições meteorológicas têm de ser favoráveis à propagação das chamas. Em seguida, analisamos como estes três fatores se combinam no Noroeste, gerando uma autêntica bomba explosiva e letal.

Número de incêndios por município em Espanha e por distrito em Portugal (2001-2010).

Fonte: MAPAMA e Relatório de Incêndios do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas



QUEM INCENDEIA E PORQUÊ?

Os povoamentos florestais e os matos da Península Ibérica não ardem por si só. A alta taxa de sinistralidade é uma constante em Espanha e Portugal. E no Noroeste Ibérico ainda mais, onde até 99% das ocorrências se devem à mão humana. Para além disto, é de destacar a origem humana: Em Espanha mais de 70% dos incêndios são fogo posto, um número que chega aos 80% na Galiza. Em Portugal, no entanto 56% dos incêndios têm origem em comportamentos negligentes.

As causas principais são a queima dos matos para a regeneração das pastagens e do restolho, sobretudo em Espanha como a abertura de zonas para favorecer a caça menor, a eliminação de vegetação para procurar os marcos de pedras que delimitam as parcelas ou da fauna para evitar danos agrícola ou, diretamente, a vingança. Tudo isso demonstra, além de uma cultura de fogo profundamente enraizada nas áreas rurais, a existência de sérios conflitos sociais e económicos que não são resolvidos há décadas.

Em Espanha, todos os anos tendem a arder as mesmas áreas. No ranking dos 100 municípios espanhóis onde houve mais incêndios, 94 estão localizados na Galiza e nas Astúrias. Nessas regiões existem municípios em que, em média, ocorrem mais de 100

2 e 3 Análise das causas dos incêndios florestais 2003-2013. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

acidentes a cada ano. Tal é o caso de Llanes e Cangas del Narcea, nas Astúrias, ou a Cañiza e Viana do Bolo, na Galiza. Pelo contrário, há freguesias onde quase não há incêndios. Em Portugal, distritos como Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu ultrapassam todos os anos as 1000 ocorrências.

PORQUE É O NOROESTE UM TERRITÓRIO INFLAMÁVEL?

A elevada taxa de ocorrências não é o único problema. A situação mais grave é se uma fásca, encontra condições para se espalhar rapidamente. As chamas percorrem as plantações florestais, bosques, matos, campos cultivados, jardins e até casas. A paisagem como um todo tornou-se um grande barril de pólvora. Nós analisamos o porquê:

Aldeias em perigo de extinção. O forte despovoamento e envelhecimento, especialmente em áreas rurais do interior e nas montanhas, forçaram o abandono das atividades agrícolas tradicionais, acelerado pelas políticas desastrosas de desenvolvimento rural, que provaram ser ineficazes na fixação da população e na criação de empregos.

A Galiza e o norte e centro de Portugal têm os piores indicadores demográficos da frente atlântica europeia. Quase 40% dos municípios da Galiza perderam mais de 20% da sua população entre 2000 e 2015. Em Ourense, a província menos povoada, das quase 3.700 aldeias, quase 2.000 têm menos de 12 habitantes e cerca de 300 têm 1 ou 2. As três províncias mais antigas da Europa, com pelo menos 100.000 habitantes, estão no Noroeste Ibérico: Ourense, Zamora e Lugo. Em Portugal, por exemplo, numa das localidades mais afetadas pelos incêndios do ano passado, o município de Pedrógão Grande, a população caiu 20% entre 2001 e 2016, e há presentemente 100 jovens por cada 284 idosos.

O futuro demográfico é muito negro e conduz à morte gradual do território. Na verdade, se o mapa das áreas queimadas nos últimos anos fosse sobreposto com o mapa das áreas que foram despovoadas, comprovar-se-ia que coincidem quase a 100%, exceto no Baixo Minho e Douro Litoral. Ainda assim, esta tragédia, que se arrasta há décadas, apenas desperta a indiferença política e coletiva.

Abandono florestal. Nos anos cinquenta, sessenta e setenta, plantaram-se milhões de hectares no norte e centro de Portugal, Galiza e outras regiões da Cantábria com espécies de rápido crescimento, como pinheiros e eucaliptos. Essas plantações foram essenciais à subsistência das populações. Além disso, evitaram fenómenos sérios de erosão, reduziram os riscos de inundação e proporcionaram sustento por meio da exploração, principalmente de madeira e da celulose.

A perda progressiva de rentabilidade das atividades agro-florestais causou abandono de muitas das plantações pelos produtores desde a década de 1980. Por outro lado, as plantações de proteção para evitar os processos de erosão e sem fins produtivos, são menos frequentes, apesar das entidades responsáveis terem alertado para a necessidade de adoção de medidas de silvicultura preventivas para evitar riscos. O resultado materializa-se hoje em milhões de hectares intensamente alterados, não geridos ou abandonados, com densidades de árvores muito altas. Estas plantações abandonadas são muito suscetíveis a incêndios devido à elevada acumulação de biomassa e continuidade vertical e horizontal de combustível. A ausência de incentivos ao cultivo e promoção de diversidade de espécies arbóreas de crescimento mais lento tornam a paisagem muito vulnerável ao fogo.

Outro fator importante é a fragmentação da propriedade florestal em áreas predominantemente privadas. Muitas vezes, as parcelas têm áreas inferiores a meio hectare, o

que baixa a rentabilidade pelo que as boas práticas de gestão se tornam ineficazes à escala da paisagem e em caso de incêndio. No entanto, o setor florestal é essencial nas economias galega e portuguesa.

Uma gestão à escala da paisagem é aquela que é realizada coletivamente e de forma participativa num território, ultrapassando a gestão individual que pode ser realizada numa propriedade específica. O objetivo final dessa gestão é reduzir o risco de incêndio à escala da paisagem e tornar a produção florestal e a conservação da biodiversidade compatíveis. A distribuição da terra destinada a pecuária, agricultura, silvicultura ou povoamentos urbanos, deve ser gerida de forma coordenada para garantir a manutenção dos processos naturais e evitar riscos ou perturbações, garantindo a rentabilidade económica das propriedades. Aplicada ao Noroeste Ibérico, a gestão da escala da paisagem deve procurar, entre outros, limitar a área dedicada ao cultivo intensivo de espécies florestais (eucalipto e pinheiro) e diversificar usos agrícolas e silvipastoris para alcançar um mosaico mais diversificado e resistente às chamas.

Abandono agrícola. O abandono da agricultura e do pastoreio contribuíram para a perda do mosaico da paisagem. Estas novas áreas abandonadas, nas quais não foram definidos objetivos claros sobre o futuro desejado ou esperado, são potencial combustível para futuros incêndios. Na Galiza, as percentagens de abandono da área agrícola útil rondam os 30%, o que é uma contradição, considerando que a região é uma importadora líquida de produtos agrícolas, algo que também aconteceu em Portugal, embora de forma menos acentuada.

Tabuyo del Monte (León),
23 de agosto de 2012.



© EFE SXENICK

Caos territorial, uma continuidade de casas e árvores. A Galiza, as Astúrias, Leão e o norte e centro de Portugal têm um sistema particular de organização tradicional da população. Os municípios são divididos em freguesias ou comunidades, que por sua vez compreendem várias localidades.

A esta já complexa equação tem acrescido outro fator desde há alguns anos. As faixas litorais da Península Ibérica sofreram um urbanismo desenfreado que ocupou os espaços florestais tendo em alguns casos desaparecido jardins e cultivos que cercavam e protegiam as aldeias, e que agora estão rodeadas por plantações não geridas ou abandonadas. Em Espanha, especialistas das Universidades de Vigo e Santiago de Compostela estimaram que, na Galiza, quase 10% do território corresponde a áreas interface florestal-urbano, e que concentra quase 70% da área construída. Uma situação muito semelhante ocorre nos distritos de Braga e do Porto, em Portugal. Estes dados significam que a maioria da população galega e do litoral norte de Portugal vivem em zonas de interface florestal urbano. Tendo em conta que os incêndios são aproximadamente duas vezes mais frequentes em zonas de interface do que em áreas que não são, é fácil ter uma ideia da magnitude do risco.

Condições bioclimáticas: a Ibéria verde arde. A Galiza, as Astúrias ou o norte e centro de Portugal são regiões que podem gerar a propagação fácil dos incêndios. Os invernos temperados e húmidos fazem a vegetação crescer muito rapidamente aumentando a disponibilidade de combustível.

Ao mesmo tempo, há períodos de seca, principalmente no verão e no final do inverno, e recorrentemente anos extremamente secos. Quando um verão quente e seco coincide com uma frente atlântica de componente nordeste, um vento quente, muito seco e intenso chega à Galiza e ao norte e centro de Portugal. Nessas situações, em que o fogo se espalha facilmente e os dispositivos de combate não conseguem lidar com a taxa de ignições, o número de incêndios dispara, atingindo frequentemente 100 ou 150 incêndios por dia, com picos até 440 incêndios por dia. Níveis de vegetação elevada, verões secos, ventos de nordeste, abandono rural, alterações climáticas e uso generalizado de fogo fazem do quadrante verde da Península Ibérica e a zona Centro de Portugal um verdadeiro barril de pólvora perante os incêndios rurais.

PORTUGAL: ALÉM DOS PROBLEMAS DA FLORESTA

Portugal é o país europeu mais afetado por incêndios. Nos últimos 30 anos, é o país com maior taxa de ocorrências por área e onde os incêndios foram de maior dimensão. Em média, em Portugal há mais 35% de ocorrências do que em Espanha e ardem mais 20% de superfície, apesar da área agro-florestal ser 80% menor. De facto, Portugal é o primeiro país da Europa e o quarto do mundo com a maior massa florestal perdida até ao momento no século XXI, devido em grande parte aos incêndios florestais que assolam o país todos os verões. Em média, por ano, registam-se cerca de 17 mil ocorrências e ardem cerca de 120 mil hectares.

Os especialistas apontam, além dos problemas estruturais detetados para todo o Noroeste e dos escassos investimentos em prevenção, importantes deficiências na estratégia de extinção. Ao contrário de Espanha e de outros países mediterrâneos, Portugal não possui uma estrutura profissional e especializada dedicada à prevenção e extinção de incêndios. Também não têm existido programas de prevenção de comportamentos de risco que incluam formação ou procura de alternativas para o uso generalizado do fogo, apesar de a maioria dos incêndios se dever a negligência.

Abrantes (Portugal),
18 de agosto de 2017.



GRANDES INCÊNDIOS E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

UMA NOVA GERAÇÃO DE INCÊNDIOS

Há anos que a WWF alerta para que as alterações climáticas iriam produzir grandes incêndios. Os tristes episódios vividos em 2017 por todo o mundo confirmam que estes já estão a acontecer.

Os efeitos observados como resultado do aquecimento global podem ser resumidos em dois pontos. Primeiro, o comportamento do fogo mudou, isto é, a maneira como

a vegetação arde e como o fogo se propaga. A combinação de ondas de calor de longa duração, seca acumulada, baixa humidade do ar e ventos muito fortes, juntamente com grandes quantidades de biomassa acumulada geram incêndios catastróficos. Diante destes cenários, muitos dos modelos matemáticos atuais não poderão prever corretamente o comportamento do fogo.

Em segundo lugar, as alterações climáticas alteraram a distribuição dos incêndios ao longo do ano. Na Península Ibérica, espera-se um decréscimo mais pronunciado da precipitação na primavera e uma chegada mais precoce de ondas de calor, o que contribuirá para alturas de maior risco de incêndio, logo desde o início da primavera. No ano passado houve incêndios na primavera, como os tristes episódios de Portugal e Bierzo em junho de 2017, e no outono, como a trágica onda de calor da Galícia e de Portugal, que têm o comportamento de incêndios de verão. Em suma, a estação de alto risco de incêndios não se cinge apenas a julho e agosto, estendendo-se de maio a novembro.

Gráfico 1. Distribuição mensal do número de grandes incêndios em Espanha ao longo de 2017



O gráfico mostra como em 2017, 55% dos grandes incêndios aconteceram em outubro e cerca de 10% em abril, fora dos atuais meses de alto risco de incêndio.

O clima do futuro está previsto e é urgente adaptarmo-nos a ele, mudando radicalmente a nossa abordagem. Com o aumento esperado de 1,5°C na temperatura média durante este século, os eventos climáticos extremos ficarão piores. E as paisagens florestais ibéricas não estão preparadas. Ou gerimos as florestas e o território, ou enfrentaremos grandes incêndios com sérias consequências ambientais, sociais e económicas.

O QUE ACONTECEU EM 2017 NO NOROESTE IBÉRICO?

CRÔNICA DE UM DESASTRE ANUNCIADO

Quase todos os anos o Noroeste Ibérico arde. Mas daí à ocorrência de episódios tão extremos e perigosos como os que devastaram especialmente Portugal e a Galiza no ano passado, há uma grande diferença. Em meados de junho, um imenso incêndio deixou 64 mortos em Portugal, aos quais se acrescentaram outros 43 em outubro. Na Galiza, uma onda

de incêndios deixou 4 mortos e em Astúrias e León, milhares de hectares foram queimados em múltiplos incêndios simultâneos que fugiram ao controlo os dispositivos de extinção e ameaçaram numerosas populações.

Perceber o que aconteceu é essencial para evitar que aconteça novamente. A sociedade começa a perceber que no atual contexto de alterações climáticas dificilmente evitaremos incêndios no futuro. Mas é urgente adotar medidas para que os incêndios não gerem estas situações de real emergência social.

Como foi essa virulência possível? Por que houve tantas fatalidades? Esses trágicos incêndios reuniram todas as condições meteorológicas, orográficas e populacionais num cocktail explosivo.

Por detrás de muitas destas causas estão os problemas estruturais que no Noroeste Ibérico se arrastam: uma paisagem contínua, plantações florestais abandonadas, uma pecuária extensiva praticamente em extinção, o desaparecimento de pequenas culturas e pomares, um planeamento territorial nulo, centros populacionais sem medidas de proteção e um grande número de pessoas dispostas a queimar por diferentes razões. Tudo isso, juntamente com uma vegetação muito seca devido às secas acumuladas e condições meteorológicas favoráveis para a propagação do fogo. Até agora nada de novo.

O QUE FOI EXTRAORDINÁRIO?

Em primeiro lugar, o comportamento extremo do fogo. Incêndios explosivos que se espalham a alta velocidade, com trajetórias imprevisíveis, que saltaram centenas de metros e eram absolutamente inacessíveis por meio da extinção. Em segundo lugar, ocorreram no final de junho e meados de outubro, fora da chamada temporada de alto risco, que até agora era reduzida a julho, agosto e setembro.

Esses dois aspetos mostram que estamos diante de uma nova geração de incêndios claramente ligados às alterações climáticas devido às condições meteorológicas cada vez mais extremas que causam verdadeiras tempestades de fogo.



© MIGUEL A. LOPES@EFE.NEWS.COM/LA.FOTOTECA.COM

Pedrógão Grande (Portugal),
17 de junho de 2017.

PEDRÓGÃO GRANDE, PORTUGAL

No sábado, 17 de junho, às cinco da tarde, uma descarga elétrica de uma linha de alta tensão deu origem a um dos episódios mais graves e tristes da história portuguesa. No total, registaram-se 64 mortes, mais de 250 feridos e 29.000 hectares arderam, tornando-se o segundo maior incêndio em Portugal de que há registo e, provavelmente, o que demonstrou um comportamento mais extremo.

Poucas horas após a faísca, o comportamento do fogo tornou-se extremo, tendo as chamas formado uma frente que avançou abruptamente como uma forte corrente de ar, dando origem a numerosos focos secundários e a uma verdadeira chuva de fogo. Em menos de um quarto de hora, o incêndio percorreu 2,5 quilómetros, cercado a maioria das vítimas mortais. Em apenas uma hora, 4.500 hectares foram queimados.

A comissão de peritos encarregados de investigar o que aconteceu em Pedrógão concluiu que a vegetação existente debaixo do cabo não foi limpa. Apenas foram delimitados perímetros de proteção ao redor de casas e estradas. Os postos de vigilância não estavam ativos, os meios disponíveis eram insuficientes e havia falhas no comando e na gestão da operação de socorro. Tudo o que poderia correr mal, naquele dia correu mal.

Tudo isto aconteceu numa região dedicada ao cultivo intensivo de espécies florestais, principalmente eucaliptos, em que não há qualquer gestão ou planeamento, facilitando a acumulação de altas cargas de combustível prontas para queimar a qualquer momento. De fato, as ações de gestão florestal previstas nos planos municipais de combate a incêndios foram aplicadas apenas em 1,4% da área e apenas em 0,6% de Pedrogão Grande.

No entanto, o próprio relatório reconhece que, dada a virulência do fogo, a probabilidade de controlar o incêndio teria sido mínima, mesmo na presença de dispositivos de extinção reforçados e bem organizados. Estimativas indicam que as possibilidades de controle das frentes estão entre 3 e 17 minutos desde o início do mesmo. A partir daí, há apenas a estratégia de defesa: proteger as pessoas e esperar que as condições climáticas melhorem.

O incêndio em Pedrogão Grande é um exemplo claro de superação da disseminação esperada e dos danos previsíveis devido a mudanças no comportamento do fogo.

ONDA DE INCÊNDIOS DE OUTUBRO

Entre 8 e 15 de outubro de 2017, uma onda de incêndios manteve as populações e o dispositivo de extinção no Noroeste Ibérico em xeque. Entre a Galiza e Portugal somam-se cerca de 300.000 hectares arditos.

Na Galiza, 47.000 hectares arderam em 352 ocorrências. A velocidade de propagação do fogo ultrapassou os 6 km/h, o que é três a nove vezes superior à capacidade de extinção. Esses incêndios superaram as barragens, criaram focos secundários até dois quilómetros de distância e geraram uma tempestade de fogo. Portugal bateu o seu recorde histórico de incêndios em simultâneo, respondendo por mais de 440 ocorrências no centro e norte do país.

Naqueles dias, as condições meteorológicas eram especialmente adversas e algo inusitado aconteceu até agora: a chegada de Ophelia, uma frente tropical, com ventos muito secos e intensos que facilmente espalharam as chamas e tornaram seu controlo praticamente impossível.

Na Galiza, entre 60 e 90% dos incêndios apresentaram sinais de intencionalidade. Em Portugal, fontes oficiais apontaram para comportamentos negligentes.

AQUELES TRÁGICOS INCÊNDIOS DEIXAM UMA MENSAGEM CLARA: A PAISAGEM, A FLORESTA, OS ATUAIS SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIOS E A SOCIEDADE COMO UM TODO NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA ESTAS TEMPESTADES DE FOGO PROVOCADAS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. É URGENTE AGIR E MUDAR A ESTRATÉGIA PARA ESTARMOS PREPARADOS PARA O PRÓXIMO EPISÓDIO QUE, MAIS CEDO OU MAIS TARDE, OCORRERÁ.

POLÍTICAS CONTRA AS CHAMAS

DA ABORDAGEM TRADICIONAL DE EXTIÇÃO A UMA NOVA VISÃO PARA TORNAR A PAISAGEM MAIS RESILIENTE

Diante deste cenário, as Administrações têm promovido políticas eficazes contra incêndios? Os investimentos vão ser destinados a evitar desastres no futuro? A melhor forma de responder a estas perguntas é analisando os orçamentos que os governos alocam ao combate contra os incêndios rurais.

ABORDAGEM TRADICIONAL: EXTIÇÃO

O custo da extinção de incêndios em Espanha e Portugal excede em muito os mil milhões de euros a cada ano. Hoje, a maior parte dos fundos alocados às florestas nos orçamentos regionais e nacionais estão destinados à extinção. A União Europeia, através da PAC, financia medidas de apoio à extinção, bem como a restauração e a reflorestação pós-incêndios. No entanto, nos orçamentos públicos, dificilmente há espaço para a prevenção real e efetiva que vacine contra os incêndios.

Em Espanha, o custo anual em extinção chega a 1.000 milhões de euros, contra apenas 300 milhões investidos em prevenção. Em Portugal, a extinção custa aproximadamente 75 milhões de euros, contra 20 milhões de prevenção. Além do desequilíbrio exorbitante, as medidas que são financiadas como prevenção priorizam a construção ou condicionamento de estradas e trilhos florestais, aceiros, pontos de água ou bases para meios aéreos. Os políticos realmente acreditam que com essas medidas os Grandes Incêndios podem ser evitados?

Estas medidas, bem planeadas e dimensionadas, são importantes, mas por si só não resolvem os problemas do mundo rural e das florestas.

A Espanha é o país que mais investe em extinção por hectare e possui um dos melhores sistemas de extinção em todo o mundo. Mas as estatísticas refletem como, apesar disso, a tendência é que a cada ano haja incêndios maiores, maiores e mais perigosos.

O sistema é uma vítima do seu próprio sucesso. A ênfase colocada na eficácia da extinção tem efeitos que a médio e longo prazo são perversos. Resolve-se o problema a curto prazo, eliminando todos os incêndios, enquanto a ausência de usos e gestão faz com que a biomassa se acumule, o que mais tarde servirá como combustível.

A RESPOSTA: PREVENÇÃO

As administrações públicas têm enfrentando o problema dos incêndios da mesma forma há 40 anos, mas o problema mudou radicalmente. Então a floresta tinha vários usos, havia gado, colhiam-se lenhas, a paisagem era diversificada e incluía mais variedade de espécies e não estávamos imersos no contexto atual de alterações climáticas. A solução então era apostar em um serviço de extinção eficaz. Hoje as receitas do passado não são válidas.

ESPAÑA E PORTUGAL GASTAM ENTRE 70 E 90% DO ORÇAMENTO EM EXTIÇÃO, PESE EMBORA ISSO SEJA UM SACO SEM FUNDO QUE COMPROMETE O IMPULSO NECESSÁRIO PARA HAVER UMA VERDADEIRA POLÍTICA FLORESTAL, RURAL E TERRITORIAL.

A solução para os Grandes Incêndios não é adquirir mais hidroaviões, mais camiões ou criar mais pontos de água. Os Grandes Incêndios não se extinguem com a água, mas com planeamento territorial e desenvolvimento rural. É necessário dar um futuro económico, ambiental e demográfico às áreas que ardem há já vários anos.

Os incêndios de 2017 devem representar um ponto de viragem dos governos na luta contra os incêndios. Caso contrário, viveremos episódios muito perigosos, de verdadeira emergência civil, ao longo de todo o ano, com vítimas mortais incluídas.

Não se trata de drenar mais recursos da extinção para a prevenção, mas de mudar completamente o modelo. A estratégia de combate a incêndios deve abordar as causas e comprometer-se com a prevenção real: reduzir a alta taxa de acidentes, tornar o território menos inflamável e mais resiliente às alterações climáticas, realizar planeamento territorial, designar usos, intervir em propriedades abandonadas, implementar políticas fiscais para incentivar usos compatíveis com a conservação da natureza, desenvolver políticas de desenvolvimento rural que estabeleçam população e criem emprego, e apostem no gado extensivo.

Vigo, 2 de setembro de 2013.



© EFE SKENICK

O ABSURDO DA POLÍTICA ASTURIANA

O número de vítimas e a área afetada por incêndios nas Astúrias não pararam de crescer nos últimos anos, como acontece na Cantábria, e ao contrário da tendência no resto da Espanha e até no noroeste ibérico, onde o número total de incêndios e a área ardida diminuem. Mais de 80% dos incêndios são intencionais, um número desproporcional comparado aos 55% da média nacional. Os dados apontam para uma clara motivação: segundo dados das Brigadas de Pesquisa contra Incêndios do Principado das Astúrias (BRIPAS), as queimadas para regenerar pastagens foram responsáveis por 83% da área ardida na região nos últimos dois anos.

No final de 2015, a região sofreu uma grave crise de incêndios que resultou em cerca de 22.000 hectares queimados. Em vez de adotar medidas para pôr fim a esta tendência, em março de 2017, o Governo alterou a Lei Florestal do Principado, eliminando a proibição de introduzir gado em montes ardidos. Como vários setores previram, a eliminação desta delimitação descriminalizou um comportamento fora da lei e aumentou as percentagens já exorbitantes de intencionalidade. Como resultado, em 2017 a área ardida nas Astúrias foi 190% maior que a média da área afetada nos últimos 10 anos.

Por outro lado, em dezembro de 2017, uma mudança na organização das BRIPAS ameaça a continuidade das importantes funções que esta desempenha na investigação de causas e motivações por trás dos incêndios. Essa decisão é muito séria, considerando a intencionalidade na região muito alta, nas Astúrias apenas 9% dos incêndios são investigados, e 90% das condenações por incêndios são o resultado de investigações das BRIPAS.

Com estes retrocessos na política ambiental do Principado e os efeitos das alterações climáticas, que já vem provocando invernos mais quentes e secos na Cordilheira Cantábrica, dá-se um coquetel incendiário perfeito para que o futuro das florestas das Astúrias seja muito negro.

Para acabar com o flagelo dos incêndios nas Astúrias e resolver a crise que a pecuária extensiva atravessa, a WWF pede ao governo das Astúrias que crie uma Mesa do Fogo, na qual todos os agentes sociais estejam representados, com o objetivo de procurar alternativas consensuais para reduzir o uso do fogo como ferramenta de regeneração de pastagens. Em segundo lugar, pede que as necessidades da gestão sejam abordadas através da organização de usos, planeamento de pastos (cercas, clareiras, acessos, pontos de água) e queimadas controladas, onde for apropriado e não comprometa a conservação da biodiversidade. E, em terceiro lugar, a aprovação de um plano regional para a pecuária extensiva que aborde aspetos de regulamentação, ajuda, mercados e outros obstáculos para um desenvolvimento adequado da pecuária extensiva na região compatível com a preservação dos valores naturais, com as ferramentas certas para garantir o seu futuro. O governo asturiano também deve fortalecer as BRIPAS e fornecer-lhes maiores recursos para continuar a investigar e processar os crimes incendiários.

MITOS SOBRE O FOGO

A cada Verão ocorre algum evento que desperta o interesse dos media e ocupa todas as manchetes, seja porque afeta uma área protegida, ameaça os centros populacionais ou queima uma grande área de floresta. No entanto, a comunicação que é feita nestas crises não ajuda a comunicar à sociedade informações precisas e rigorosas sobre o que está por trás dos incêndios e por que é que eles são cada vez mais perigosos.

Ainda existem crenças falsas, profundamente enraizadas na opinião pública, que se repetem ano após ano como lendas urbanas, que desviam a atenção das causas reais e dificultam a procura de soluções efetivas.

Os líderes políticos e os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na eliminação dos mitos urbanos, como o terrorismo incendiário, as máfias madeireiras ou a especulação urbana.

TERRORISMO INCENDIÁRIO

Conspiração incendiária, terrorismo ambiental ou máfias organizadas são expressões que se repetem recorrentemente quando há uma onda de incêndios como o que atingiu o noroeste ibérico em outubro de 2017, ou na Galiza em 2006.

Os relatórios da Procuradoria Geral Espanhola, tanto em 2006 quanto em 2017, concluíram que não há evidências de redes ou organizações criminosas complexas que atuem de forma coordenada e planeada. Pelo contrário, alertam para uma alta intencionalidade, muitos descuidos e muitos problemas ligados ao meio rural que acabam em fogo. No Noroeste, há muitas pessoas dispostas a queimar e aproveitar os momentos em que os incêndios atingirão maiores dimensões, mas tanto a Polícia, a Guarda Civil, a Procuradoria e os agentes especializados em crimes de terroristas descartam sempre a existência de máfias organizadas.

Os responsáveis políticos devem ser muito cautelosos ao fazer esses tipos de declarações que confundem a opinião pública e não se adequam à realidade. Pelo contrário, eles deveriam sobre o uso desregulado de fogo no Noroeste, o abandono rural, a falta de gestão florestal, o nulo planeamento territorial, que cercou as aldeias com quantidades crescentes de biomassa florestal, ou o investimento muito reduzido na prevenção real.

Atribuir esses episódios a uma conspiração incendiária organizada contra a qual nada pode ser feito é simplificar um problema muito mais complexo para acalmar as consciências e iludir as responsabilidades para resolver os problemas reais que o território tem.

Também não é necessário endurecer as penas, como indicado por alguns setores, sempre que ocorrem episódios dessas características. A legislação estabelece penas até 20 anos para os autores de incêndios em Espanha. O grande desafio que encontramos é judicial, porque é necessário aumentar a percentagem de criminosos identificados e condenados por atear incêndios. Atualmente, apenas 9% dos responsáveis por incêndios em Espanha são identificados e uma percentagem muito pequena está a cumprir sentença. Mas há também um importante desafio social, para resolver o atual comportamento incendiário.

INCÊNDIOS PARA URBANIZAR

A reforma da Lei Florestal de 2015 tem a culpa pelos incêndios em Espanha, outro dos grandes clássicos do verão. Manchetes como “fins especulativos por trás da onda incendiária”, ou “a seguir à lei chegou o incêndio” permearam a sociedade, que reagiu indignada perante os negócios de alguns à custa da degradação da natureza. Mas não é mais do que uma farsa que se espalhou através das redes sociais e que, após o incêndio de Doñana, em junho de 2017, atingiu o seu expoente máximo.

É verdade que a reforma da Lei Florestal aprovada pelo Partido Popular espanhol em 2015 contempla uma exceção à proibição de requalificar uma área ardida durante 30 anos, desde que existam “razões prevalentes de interesse público de primeira ordem”. Isso significa que o projeto em questão deve ser declarado de utilidade pública, em terrenos onde já estava planeado haver requalificação antes do incêndio e, além disso, deve ter a aprovação das comunidades autonómicas.

Desde que a lei foi aprovada em 2015, nenhuma obra pública foi realizada e nenhum interesse especulativo foi demonstrado em áreas ardidas. Além disso, de acordo com a investigação “Espanha em chamas” da Fundação Civio, apenas 0,15% dos incêndios ocorridos entre 2001 e 2013 causaram uma mudança no uso do solo.

O WWF opôs-se a esta reforma da Lei Florestal desde o início por considera-la desnecessária, mas deve ficar claro que nem no noroeste ibérico, nem na Espanha, nem em Portugal, os incêndios florestais estão ligados à especulação urbana ou requalificação de terrenos.

A CULPA É DO EUCALIPTO

Sempre que há incêndios na Galiza ou em Portugal, o discurso é sempre o mesmo: **a culpa é do eucalipto**. O principal argumento apresentado é que esta espécie arde melhor, mas é mesmo assim? É verdade que o eucalipto facilita a acumulação biomassa no solo e que liberta óleos inflamáveis que fazem com que esta espécie arda muito bem, mas há mais fatores entram na equação.

Por exemplo, Ourense, a província que lidera o ranking em número de incêndios a cada ano, apenas tem eucalipto. Na Galiza e em Portugal, ardem mais as áreas de mato e pastagem que as florestas de eucalipto e pinho.

A extensa monocultura de eucaliptos que atravessa a cornija cantábrica (a norte de Lugo e da Corunha, as linhas costeiras das Astúrias e da Cantábria e os vales ocidentais da Biscaia) raramente arde. No entanto, os eucaliptos em Portugal, Pontevedra, Huelva ou Sevilha ardem repetidamente em incêndios muito perigosos. As condições meteorológicas estão diretamente relacionadas com isso, mas, acima de tudo, fazem parte de um modelo territorial onde não há gestão ou planeamento, facilitando a acumulação de grandes cargas de combustível prontas para arder a qualquer momento.

A inflamabilidade de uma massa florestal não depende da espécie, mas de sua estrutura, isto é, da quantidade e forma em que a biomassa disponível é organizada. E isso é uma consequência direta da gestão dessas florestas. Assim, uma plantação de eucaliptos em produção não é tão inflamável quanto uma plantação abandonada.

Em suma, não se pode culpar o eucalipto ou o pinheiro pelo que tem acontecido, mas podemos acusar o modelo territorial e a ausência de políticas que promovam um planeamento paisagístico coerente. Repovoamentos de eucalipto ou pinho, abandono rural e clima são uma combinação decisiva.

O debate não pode continuar centrado no eucalipto, sim ou não. O debate deve focar-se em onde vamos permitir que existam eucaliptos do ponto de vista social e biológico e como devem ser geridos para que não coloquem em risco ecossistemas, ou populações. É um absurdo económico e ambiental que existem plantações de eucalipto abandonadas, em parcelas que os próprios donos nem sequer sabem que são suas. O eucalipto pode ter sentido em casos em que há um correto aproveitamento económico, bem gerido e ordenado. Atualmente, o abandono das plantações de eucalipto na Galiza é de cerca de 40%. As Administrações Galega e Portuguesa devem urgentemente detetar as parcelas abandonadas, intervir e atribuir novos usos para diversificar a paisagem.

**Incêndio em Condeixa
(Portugal), 16 de setembro de
2017.**



RICARDO GRACA.EFENEMSCOM.LA.FOTECA.COM

APELOS DA WWF

Os incêndios do futuro não têm que acarretar um perigo extremo para as populações e para os ecossistemas.

O desafio é altamente complexo e requer múltiplas abordagens, de modo que os representantes políticos e a

sociedade como um todo devem assumir uma responsabilidade compartilhada que lide com o problema na sua raiz. A WWF propõe um plano de ação coordenado entre a Espanha e Portugal, que aborda as causas estruturais do território e combata as alterações climáticas.

MINIMIZAR A INFLAMABILIDADE DO TERRITÓRIO

Estratégia Ibérica para Prevenção de Incêndios. Os Governos de Portugal e Espanha, juntamente com as administrações regionais envolvidas, devem conjunta e coordenadamente tomar medidas preventivas ao nível da paisagem, acordadas com todos os grupos de interesse e a longo prazo. Esta estratégia deve urgentemente abordar aspetos como:

CONHECER O RISCO

Através desta estratégia ibérica, as áreas de alto risco de incêndio devem ser identificadas, caracterizadas e mapeadas, incluindo aquelas de contato urbano-floresta, a nível municipal e sob critérios comuns e coerentes. Os governos centrais de ambos os países devem estar envolvidos na identificação de critérios comuns que permitam o desenvolvimento de mapas comparáveis.

PLANEAR À ESCALA DA PAISAGEM

As administrações devem promover a gestão coletiva e participativa do território, com base em áreas de alto risco e cujo objetivo seja diversificar usos e procurar usos alternativos. Até agora, cada pessoa decide individualmente o que faz em sua parcela, sem considerar o risco coletivo. Um planeamento conjunto, à escala de paisagem, que garanta a rentabilidade a todos os proprietários, é a única maneira de se obter uma paisagem em mosaico mais diversificada, heterogênea e resistente às chamas, onde os usos florestais, agrícolas e silvo-pastoris são compatíveis. O uso de queimadas prescritas é outra ferramenta útil para o planeamento à escala de paisagem.

CONHECER, ORDENAR E LIMITAR O USO DE EUCALIPTO

As administrações devem conhecer detalhadamente onde há plantações florestais, fundamentalmente as de eucalipto e pinho, em que estado estão, o seu uso, gestão e cargas de combustível, bem como quem os possui. As administrações galega e portuguesa devem intervir nos repovoamentos abandonados que hoje em dia não têm dono e, de forma participativa com os grupos de interesse, planejar usos diversificados à escala da paisagem. Além disso, é necessário delimitar a área destinada ao cultivo intensivo de pinho e eucalipto, levando em conta aspetos sociais, económicos e ambientais, e que sejam adequadamente certificados pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) para garantir a gestão sustentável da floresta.

PROMOVER AS FOLHOSAS

Esta estratégia ibérica deve promover um programa específico que incentive e compense os proprietários que apostam em plantações de folhosas como castanheiros, carvalhos, nogueiras ou cerejeiras, menos rentáveis a curto prazo, mas que a médio e longo prazo podem ser mais. Esses incentivos devem ser compatíveis com os ciclos de exploração ou, de outro modo, todos os proprietários continuarão a optar por espécies de rápido crescimento.

GESTÃO FLORESTAL COLETIVA

As administrações devem estimular o agrupamento de proprietários e equipá-los com a capacidade técnica de promover programas de gestão comuns e lucrativos no nível da paisagem. Em Portugal, a criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) visou responder a este desafio, mas o seu funcionamento tem estado longe do ideal e precisa de ser revisto e melhorado.

REVITALIZAR O MEIO RURAL

Os governos e as administrações regionais devem reverter a alarmante tendência de abandono com políticas eficazes de desenvolvimento rural que fixem a população, gerem emprego e apoiem uma produção sustentável, extensiva e de qualidade.

ASSUMIR O RISCO E PROTEGER-SE

A população deve assumir a responsabilidade que acarreta viver na floresta e cumprir os regulamentos que exigem planos de autoproteção para proteger os seus bens, reduzir a possível propagação de fogo a outras propriedades e garantir a segurança dos dispositivos de extinção. Além disso, deve saber como agir em caso de incêndio. A experiência demonstra que a improvisação piora a situação e traz mais perigos.

REDUZIR A ALTA TAXA DE ACIDENTES: ACABAR COM A IMPUNIDADE

Conhecer as causas e motivações. As autoridades nacionais e regionais devem aumentar os esforços na investigação sobre as causas e motivações por trás dos incêndios para adaptar as soluções mais eficazmente aos conflitos sociais reais e garantir que estes incêndios de causas evitáveis não se iniciam.

Condenar e sancionar. As administrações regionais e os governos de ambos os países devem melhorar a eficiência na identificação dos perpetradores, bem como na aplicação efetiva e exemplar de sanções e sentenças para dissuadir os que estão por trás dos incêndios e acabar com a sensação de impunidade atual.

Prevenção social. As administrações nacionais e autonómicas devem implementar programas de intervenção social adaptados aos conflitos do território, como o bem-sucedido Plano 42 de Comunidade Autónoma Espanhola de Castela e Leão, que está parado há mais de 5 anos. Estes programas devem ser baseados na oferta de alternativas ao uso indiscriminado do fogo como ferramenta agrícola.

COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Transição energética para um modelo eficiente e renovável: o governo dos dois países deve acelerar a transição energética para um futuro livre de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo ou gás, com políticas de promoção de energias renováveis e de poupança energética mais ambiciosas.

Saber para onde vamos: Os governos de ambos países, em colaboração com as comunidades autónomas Espanholas, devem desenvolver cenários climáticos específicos para as diferentes regiões e projetar medidas de adaptação. Também pedimos a conservação adequada das florestas para aumentar a fixação das emissões e contribuir adicionalmente para a mitigação das alterações climáticas.



OCTAVIO PASSOS@FELAFOTOTECA.COM •

Baião, 11 de agosto de 2016.

O barril de pólvora do noroeste em números

94%

das urbanizações não têm planos de auto-proteção.

65%

do total de incêndios em Espanha decorrem no noroeste peninsular



+ 25%

de incremento no tamanho dos GIF na última década.

94%

do total de incêndios em Portugal decorrem no noroeste peninsular.

